



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**A Cooperação Civil Militar Portuguesa
Portugal no Afeganistão e a influência para a Política
Externa**

PEDRO FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR CARLOS EDUARDO SANGREMAN PROENÇA

SETEMBRO 2014

ABSTRACT

The discussion about Civil-Military Cooperation has been taking a prominent place in the International Community because of the increasing complexity of the interventions in various types of scenarios, such as armed conflicts, peacekeeping operations or humanitarian aid, among others. This kind of cooperation, despite of being understood differently among different actors and stakeholders, has been used more frequently, mostly because it is a good way to conquer the hearts and minds of the people and to achieve the desired results and outcomes.

At national level, Portugal has sent, since the last decade, National Armed Forces (NAF) to Afghanistan. These forces, operating under the framework of international commitments, are part of the *International Security Assistance Force* (ISAF), having the mission of advising, assisting and improving the *Afghan National Security Forces* (ANSF) units, looking thus to contribute for the capacity building of that country.

These kinds of missions carried out by the Portuguese NAF, are very important for the fulfillment of the Foreign Policy, National Defense Policy and Cooperation for Development strategic objectives. The study carried out and the testimonials obtained, allowed to conclude that, despite the work developed is not being carried out in the strict way of the definitions about Civil-Military Cooperation theme, it implies an important level of cooperation between civil and military personnel, crucial for the Afghanistan capacity building and for the accomplishment of both objectives, civilian and military. This being acknowledged, the successful accomplishment of the NAF, contributes, simultaneously, for achieving the stated goals of the Foreign Policy, National Defense Policy and Cooperation for Development.

KEYWORDS

Civil-Military Cooperation; Afghanistan; Foreign Policy; National Defense Policy; Cooperation for Development

RESUMO

A discussão sobre a Cooperação Civil-Militar tem vindo a tomar um lugar de destaque na Comunidade Internacional, devido à cada vez maior complexidade das intervenções em vários tipos de cenários, como de conflito armado, de manutenção de paz ou de ajuda humanitária, entre outros. Este tipo de cooperação, apesar de ser entendida de formas diferentes pelos vários atores e *stakeholders*, tem vindo a ser utilizada com frequência, muitas vezes porque é uma boa forma de conquistar mais facilmente os *corações e mentes* das populações e de se alcançarem os resultados desejados.

A nível nacional, Portugal tem vindo a enviar desde a última década, Forças Nacionais Destacadas (FND) para o Afeganistão. Estas, atuando no quadro dos compromissos internacionalmente assumidos, integram a missão da *International Security Assistance Force* (ISAF), com o intuito de aconselhar, assistir e assessorar as unidades das *Afghan National Security Forces* (ANSF), procurando, deste modo, contribuir para a construção de capacidades (*capacity building*) daquele país.

Este tipo de missões desempenhadas pelas FND Portuguesas, mostram-se de elevada importância para o cumprimento dos objetivos da Política Externa Nacional, Política de Defesa Nacional e objetivos estratégicos da Cooperação para o Desenvolvimento. O estudo realizado e os testemunhos obtidos, permitiram chegar à conclusão de que, apesar de não ser realizada Cooperação Civil-Militar no sentido estrito das várias definições existentes deste conceito, o trabalho desenvolvido no terreno pelas FND implica realmente um importante nível de cooperação entre civis e militares, fundamental para a construção de capacidades do país e para o cumprimento dos objetivos de civis e militares. Desta forma, com o cumprimento bem-sucedido da missão, os contributos, simultaneamente para os objetivos preconizados tanto na estratégia da Cooperação para o Desenvolvimento, como para a Política de Defesa Nacional e Política Externa são bastante positivos.

PALAVRAS-CHAVE

Cooperação Civil-Militar; Afeganistão; Política Externa; Política de Defesa Nacional; Cooperação para o Desenvolvimento

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

ANA – Exército Nacional Afegão

ATA – Autoridade Transitória Afegã

ANSF – *Afghan National Security Force*

CA – *Civil Affaires*

CDS-PP – Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular

CE – Comunidade Europeia

CECP – Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa

CIM – Célula de Informações Militares

CIMIC – *Civil-Military Cooperation*

CJSOR – *Combined Joint Statement of Requirements*

CMCoord – *Civil-Military Coordination*

COIN – Operações Contra-Insurgentes

CPE – Cooperação Política Europeia

CPLP – Comunidade dos Países de Língua

CRO – *Crisis Response Operations*

CSDN – Conselho Superior de Defesa Nacional

CSCE – Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

ETT – *Embedded Training Team*

EUA – Estados Unidos da América

FND – Forças Nacionais Destacadas

FP – Proteção da Força

ISAF – *International Security Assistance Force*

KAIA – *Kabul International Airport*

MAT – *Military Advisor Team*

METT – *Mobile Education Training Team*

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

NU – Nações Unidas

OAP – Operações de Apoio à Paz

OCHA – Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OEF – *Operation Enduring Freedom*

OIs – Organizações Internacionais

OHIs – Organizações Humanitárias Internacionais

OMLT – *Operational Mentor and Liaison Team*

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PALOP – Países Africanos de Língua Portuguesa

PESC – Política Externa e de Segurança Comum

PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

TO – Teatro de Operações

UNAMA – Missão de Assistência no Afeganistão das Nações Unidas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
Tema e definição de contexto	7
Objetivo	7
Metodologia.....	8
1. CAPÍTULO 1 – Revisão da Literatura	10
2. CAPÍTULO 2 – Política Externa, de Defesa e de Cooperação Portuguesa	14
2.1. Portugal e a Política Externa de Segurança Comum da UE	14
2.2. Programas políticos na última década	15
2.3. Portugal e o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa.....	19
3. CAPÍTULO 3 – Portugal no Afeganistão	22
3.1. Intervenção Militar no Afeganistão.....	22
3.2. Portugal no Afeganistão	24
4. CAPÍTULO 4 – Impacto da Missão Portuguesa das FND nos Objetivos da Política Externa, Defesa Nacional e na Política de Cooperação Portuguesa.....	25
4.1. Entrevistas	25
5. CAPÍTULO 5 – Conclusão.....	31
BIBLIOGRAFIA	36
ANEXOS	42
APÊNDICES	43

INTRODUÇÃO

“Learn how to see. Realize that everything connects to everything else”,
Leonardo da Vinci

Tema e definição de contexto

A década de noventa marcou uma nova ordem mundial ao nível da situação geopolítica que até aí se verificava. As super-potências dominantes, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), perderam a sua hegemonia, emergindo uma nova realidade, marcada por conflitos regionais, fragmentação de Estados soberanos e crises políticas.

A Comunidade Internacional, como forma de reagir às crises cada vez mais violentas, como foi o caso do Iraque (1990), Somália (1991), Ruanda (1994), Kosovo (1998), entre outros, teve de encontrar soluções que conseguissem dar resposta urgente aos casos de crise humanitária que se desenrolavam nesses novos cenários. Simultaneamente, o aumento do número de atores no terreno, desde jornalistas, trabalhadores humanitários, Organizações Não Governamentais (ONGs) e militares, tornava imperativo que a interação entre eles fosse cada vez mais integrada, coordenada e cooperativa. Esta necessidade conduziu a uma forma diferente de abordar os conflitos, tanto por parte de organizações civis como de organizações militares, originando uma Cooperação Civil-Militar mais organizada e compreensiva.

A nível nacional, este tipo de cooperação é realizado internacionalmente pela cooperação nas Operações de Apoio à Paz (OAP), e pelas Forças Nacionais Destacadas (FND). Estas operações, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de ajudar a controlar e/ou resolver conflitos entre partes interessadas (Goulding, 1993; Viana, 2002), assumem papel importante para o cumprimento dos objetivos estratégicos da Política Externa portuguesa, bem como da cooperação para o desenvolvimento, particularmente ao nível da Ligação Paz, Segurança e Desenvolvimento (Sangreman 2009).

Objetivo

A presente dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do Instituto Superior de Economia e Gestão iniciado no ano letivo de 2012/2013. O objetivo desta dissertação é o de analisar o estado da Cooperação Civil-Militar realizada atualmente em diversos cenários de conflito, e em particular no

Afeganistão, tentando entender quais são os contributos de Portugal nessa matéria e se estes são positivos e relevantes no cumprimento dos desígnios estratégicos da Política Externa portuguesa e da política de cooperação para o desenvolvimento.

Metodologia

De forma a alcançar estes objetivos, foi utilizado o método de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, e que é explanado na obra “Manual de Investigação em Ciências Sociais, 2005”. O diagrama explicativo do método encontra-se no Anexo A.

A primeira etapa ocorre na fase de Rutura e visa formular uma pergunta de partida, definindo desta forma um rumo a seguir ao longo de todo o processo de investigação. Esta pergunta deve ser clara e pertinente, bem como a sua resposta ser perfeitamente atingível. Face ao tema em estudo, optou-se por estabelecer a seguinte pergunta de partida:

“Qual é o papel/contributo da Cooperação Civil-Militar na estratégia da Cooperação Portuguesa e sua Política Externa?”,

A etapa seguinte, a exploração, versou sobre recolha de dados, incidindo essencialmente na análise do estado da arte, na análise documental, realizada sobre artigos técnicos e científicos publicados sobre a matéria e diplomas legais em vigor.

A terceira etapa, a problemática, estabeleceu a ponte com a fase da Construção. Esta fase reveste-se de valor fundamental na investigação, visto ser o elemento basilar de todo o processo. Define-se a forma como o fenómeno deverá ser abordado, com o intuito de permitir dar resposta à pergunta de partida, de forma congruente.

Uma vez que existem inúmeras respostas possíveis à pergunta de partida, tornou-se necessário delimitar o estudo, tendo-se optado por abordar o contexto específico do Teatro de Operações (TO) do Afeganistão.

De forma a facilitar o percurso de chegada à questão inicial formulada, foram construídas as seguintes perguntas derivadas:

- ***“A missão realizada no Afeganistão contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos portugueses da Política Externa e Defesa Nacional?”***;
- ***“Qual é a perceção dos atores envolvidos das atividades que executam?”***

- ***“A missão realizada no Afeganistão contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos portugueses para a cooperação para o desenvolvimento?”***

A quarta etapa prende-se com a construção do modelo de análise, fazendo inevitavelmente parte integrante da fase de Construção. Procurou-se explicitar o contexto vivido no Afeganistão no passado e no presente, de forma a permitir a análise sistemática, bem como a recolha de dados necessários para a fase seguinte.

A última fase inicia-se com a quinta etapa (observação), tendo-se recorrido a pesquisa bibliográfica e a entrevistas a militares e civis portugueses e de outras nacionalidades, que estiveram/estão, no Afeganistão e que tiveram/têm, de uma maneira ou de outra, um papel ativo neste cenário. Esta etapa permitiu reunir informações relevantes e fundamentais para a elaboração da fase seguinte.

A sexta etapa (análise das informações) versou sobre o tratamento da informação recolhida, interpretação e comparação dos resultados observados, com os teoricamente esperados.

Por fim, a sétima etapa (conclusões) apresenta o resultado da investigação de acordo com as questões formuladas.

1. CAPÍTULO 1 – Revisão da Literatura

A Cooperação Civil-Militar é o conceito utilizado para descrever as ocasiões em que elementos de forças armadas integram e colaboram com entidades civis (Ankersen, 2008). Este conceito tem vindo a ser alvo de revisão ao longo das últimas décadas, principalmente após o fim da Guerra-Fria, altura em que se verificou uma mudança no paradigma no desenrolar dos conflitos que até aí se verificavam. A Comunidade Internacional, como forma de reagir às crises cada vez mais violentas e complexas, teve de encontrar soluções que conseguissem dar resposta urgente aos casos de crise humanitária que se desenrolavam nesses novos cenários. Neste sentido, com o aumento do número de emergências cada vez mais complexas, ao envolver questões políticas, humanitárias e militares, as Nações Unidas (NU) desenvolveram uma abordagem que assentava em *peacebuilding*¹ (construção de capacidades), integrando ações militares conjuntamente com ações humanitárias. Estas ações envolviam a manutenção de acordos de cessar-fogo, assistência humanitária a deslocados e refugiados, reconstrução, reconciliação social e a restauração de funções essenciais de governação. (Studer, 2001; Jeong, 2005). E foi neste contexto que surgiu a importância da existência de um interface eficaz entre civis e militares, capaz de satisfazer os desafios imediatos com que a comunidade internacional se deparava, e que simultaneamente conseguisse minimizar as tensões entre estes dois atores no TO (Franke, 2006). Esta problemática despertou também o interesse da comunidade académica e as *peacekeeping operations*² começaram a ser alvo de investigação profunda (Franke, 2006; Guttieri, 2004; Jeong, 2005; Paris, 2009; Pugh, 2000; Rietjens, 2008; Rigby, 2006; Spearin, 2008).

Com a cada vez maior tomada de consciência por parte da comunidade civil e militar da importância da junção de esforços em torno de objetivos comuns, derivada em grande parte do aumento de ONGs, OOs e OI no terreno, seja em *peacekeeping operations* ou em ações humanitárias, iniciou-se uma revisão da doutrina até aí existente ao nível de Cooperação Civil-Militar³. Até 1990, a definição de Cooperação Civil-Militar da NATO era:

¹ Consultar Apêndice 1 para clarificação do significado deste conceito.

² Idem.

³ MDN/IESM – *Sessão 1*- Introdução à CIMIC, apresentação em diapositivos, Pedrouços:2010, diapositivo nº19.

The resources and arrangements which support the relationship between NATO commanders and the national authorities, civil and military, and civil populations in a n area where NATO military forces are or plan to be employed (NATO, 2003, p. 1-1).

Segundo Mockaitis (2004), as emergências humanitárias da Croácia, Bósnia, e Kosovo, fizeram com que a Aliança reconhecesse a necessidade de desenvolver procedimentos que fossem facilitadores da cooperação entre militares e organizações civis. Nesse sentido, em 2003, a NATO surge com o conceito de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), definindo-o como:

the coordination and cooperation, in support of the mission, between the NATO commander and civil actors, including national population and local authorities, as well as international, national and non-governmental organizations and agencies (NATO, 2003, p. 1-1).

e referindo no mesmo documento que, na sua essência, CIMIC em operações de estabilização de paz incluía três funções nucleares: a ligação entre militares e todos os atores civis presentes na área de operação, apoiar o ambiente civil e apoiar a força (NATO, 2003).

Apesar da doutrina NATO para a Cooperação Civil-Militar ter sido aprovada, existiram outras Organizações com diferentes interpretações do que a Cooperação Civil-Militar era ou deveria ser. Zaalberg (2008) refere que a abordagem das NU à Cooperação Civil-Militar é diferente da NATO, e que, mesmo dentro dela, os Estados membros apresentam diferentes conceitos, colocando em prática a Cooperação Civil-Militar de maneira diferente daquele que a NATO definiu (Zaalberg, 2008). Zaalberg refere mesmo que a NATO marginalizou a Cooperação Civil-Militar ao dar primazia aos objetivos militares ao invés de contribuir para objetivos políticos e mais holísticos (Zaalberg, 2008). Neste sentido, Mockaitis refere que a definição de Cooperação Civil-Militar da NATO, ao englobar apoio ao ambiente civil inclui tarefas que estão englobadas na doutrina de *Civil Affaires* (CA) dos EUA (Mockaitis, 2004). No que diz respeito à questão da Cooperação Civil-Militar a doutrina de CA dos EUA refere que:

Civil-Military Operations (CMO) are the activities of a commander that establish, maintain, influence, or exploit relations between military forces, governmental and nongovernmental civilian organizations and authorities, and the

civilian populace in a friendly, neutral, or hostile operational area. The purpose of CMO is to facilitate military operations, and to consolidate and achieve operational US objectives (US, 2003: viii).

Existe assim, aparentemente, uma sobreposição ao nível das duas doutrinas. Volker Franke refere que, apesar de existirem claras diferenças entre CA e CIMIC, as duas abordagens partilham semelhanças suficientes para serem compatíveis. Por um lado, a NATO identifica a Cooperação Civil-Militar como o interface destinado a melhorar a coordenação e reduzir a duplicação e redundância de esforços entre organizações civis e as autoridades, de forma a ir ao encontro das necessidades humanitárias de forma mais eficiente, enquanto que, por outro lado, os CA, como descrito na doutrina do Departamento de Defesa dos EUA, procuram influenciar o ambiente civil em apoio das forças armadas (Franke, 2006). Assim, enquanto a CIMIC se refere especificamente à cooperação entre as unidades da NATO por um lado e as instituições civis (organizações humanitárias, as NU, ou outras), os CA incluem um vasto leque de atividades, em que a CIMIC é apenas uma delas (Mockaitis, 2004).

Poder-se-á então dizer que CIMIC e CA são termos militares que se referem essencialmente à interação de militares com civis, com objetivos militares, não oferecendo apoio incondicional às entidades civis humanitárias⁴.

Uma outra perspetiva, a da ONU, refere que Cooperação Civil-Militar (UN CIMIC) desenvolvida nas *peacekeeping operations* é descrita pelo *Department of Peace Keeping Operations* (DPKO) como:

military staff function in UN integrated missions that facilitates the interface between the military and civilian components of the mission, as well as with the humanitarian, development actors in the mission area, in order to support UN mission objectives (UN DPKO/DFS, 2010).

Esta definição reflete menor preocupação com os objetivos militares e maior ênfase na relação civil-militar na busca de objetivos humanitários da ONU, procurando

⁴ Steering Committee on humanitarian Response, 2010, Position Paper on Humanitarian–Military Relations, disponível em <http://reliefweb.int>.

estar em linha com os princípios humanitários seguidos pela comunidade humanitária internacional – Humanidade, Neutralidade, Imparcialidade e independência Operacional⁵.

São estes princípios que os atores civis humanitários seguem e que influenciam e dificultam muitas vezes as relações de cooperação com os atores militares.

Por estes motivos, a visão de Cooperação Civil-Militar por parte das organizações humanitárias é distinta da Cooperação Civil-Militar percebida pelas instituições militares ou por instituições influenciadas por estes. As diferentes definições de Cooperação Civil-Militar representam as diferentes visões de uma vasta panóplia de atores nos mais variados conflitos ou missões de vários géneros, podendo-se concluir pela literatura existente que, seja qual for o cenário, a relação entre atores civis e militares não é pacífica. As diferentes doutrinas, definições e terminologias existente de cooperação entre civis e militares, não facilita a existência de uma base de trabalho comum, onde todos sabem o que esperar dos outros e ainda não existem guias ou manuais que consigam criar directivas concretas sobre a atuação de cada actor relativamente ao outro, no mesmo cenário, seja ele qual for. Por outro lado, as diferentes motivações e objetivos que impelem militares e civis para os variados contextos, mostram que a cooperação entre eles é fundamental para que ambos consigam alcançar as suas metas.

⁵ Estes princípios podem ser vistos em mais detalhe no sítio da OCHA, <http://www.unocha.org/about-us/publications/humanitarian-principles>.

2. CAPÍTULO 2 – Política Externa, de Defesa e de Cooperação Portuguesa

A época que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 veio originar alterações profundas nos moldes que até aí eram seguidos ao nível da Política Externa Portuguesa. A vontade do Governo que veio a tomar posse nessa altura era a de integrar Portugal na Europa, mudando o rumo que Oliveira Salazar tinha preconizado para o país. Salazar priorizava África como o grande destino nacional, minimizando a participação de Portugal na Europa à adesão à Associação Europeia de Livre Comércio.

O primeiro marco assinalável do Governo do pós-25 de Abril em direção à Europa foi a adesão formal de Portugal à Comunidade Europeia (CE) em Janeiro de 1986 e veio terminar definitivamente o denominado modelo clássico de inserção internacional que o país tinha vindo a viver desde o século XV (Teixeira 2010). Nesta fase, a Política Externa portuguesa, apesar de virar claramente para um lado mais europeísta, mantinha os laços com o passado, e dava prioridade a três grandes dimensões: a soberania nacional e a proteção e manutenção desta, focando-se particularmente nas questões de segurança e defesa; a manutenção e expansão dos seus interesses no quadro do mundo lusófono, particularmente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e restante Comunidade dos Países de Língua (CPLP); a manutenção das relações transatlânticas com os EUA e com a NATO de forma a manter a salvaguarda e integridade do sistema nacional de defesa (Pereira 2007, Teixeira 2010). Esta última prioridade obrigava Portugal a integrar-se mais profundamente na produção de segurança internacional, particularmente através do envio de tropas militares para *peacekeeping operations* da NATO, UE ou NU, transformando as Forças Armadas de Portugal num instrumento de aplicação e apoio da Política Externa Portuguesa (Teixeira 2010).

2.1. Portugal e a Política Externa de Segurança Comum da UE

As linhas-mestras que Portugal tem adoptado para a sua Política Externa, particularmente na participação ativa da construção europeia, na manutenção dos laços com a NATO e das ligações transatlânticas, em particular com os EUA e com o Brasil, tem “obrigado” Portugal a embrenhar-se ainda mais em variados contextos.

Ao nível Europeu, a Política Externa portuguesa passa por contribuir para a Política Externa da EU, particularmente no âmbito da Segurança e Defesa em particular seguindo as diretivas traçadas no quadro da Política Externa e de Segurança Comum

(PESC) e da Política Europeia de Segurança e Defesa – hoje atualizada e conhecida por Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Estas políticas não serão abordadas em detalhe neste trabalho, sendo no entanto necessário transmitir a ideia de que Portugal, aproveitando o seu passado histórico, tem sabido aproveitar a sua posição na UE e, no contexto da PCSD, tem desempenhado um papel de produtor líquido de segurança internacional (Pereira 2006, Teixeira 2010). A utilização de militares portugueses em missões internacionais da UE, Nações Unidas e da NATO, tem sido um desígnio estratégico de Portugal e, como refere Teixeira (2010), tem constituído não só um fator de modernização das Forças Armadas mas também um fator de credibilidade externa do Estado.

2.2. Programas políticos na última década⁶

Mais recentemente, e em particular na última década, os Governos democraticamente eleitos em Portugal têm mantido os objetivos da Política Externa e da Defesa Nacional. Os Governos do Partido Socialista encabeçados por José Sócrates (2005-2009 e 2009-2013) e da coligação Social-Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP), liderado por Pedro Passos Coelho (2011-2015), têm tido a preocupação de manter uma posição coerente com aquela que Portugal tem mostrado desde o pós-25 de Abril. As posições e visões destes Governos relativamente à Política Externa encontram-se expressas nos respetivos programas governativos.

2.2.1. Programa do XVII do Governo Constitucional (2005-2009)

O capítulo V do Programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009), no que diz respeito aos desígnios de Portugal na Europa e no mundo, traça os objetivos que o então Governo considerava serem fundamentais seguir. Ao nível da Política Externa e de Política de Defesa Nacional.

⁶ Todos os elementos desta secção foram retirados dos Programas dos XVII, XVIII e XIX Governos Constitucionais

Política Externa Portuguesa.

No que à Política Externa diz respeito, é enunciada a visão do Governo para as políticas a enveredar por Portugal em várias dimensões, mostrando uma sequência lógica e coerente com o que tinha vindo a ser trabalhado por Portugal até essa data. Entre outros, refere que o Governo “pretende contribuir para uma ordem internacional assente no multilateralismo efetivo” para que Portugal tenha participação ativa nos centros de decisão da vida e das instituições mundiais, procurando um “Portugal mais forte na Europa e no Mundo”. Por outro lado, é defendido o interesse de uma maior posição de Portugal na construção europeia, onde o Governo procurará “consolidar o aprofundamento do projeto europeu e fortalecer a coesão europeia, aumentar o contributo da União a favor da segurança, da paz e do desenvolvimento, assegurar condições adequadas para a modernização e afirmação de Portugal no mundo contemporâneo”, dando ainda Portugal “prioridade (...) de assegurar a ratificação do Tratado de Constitucional Europeu”. No plano externo, o Governo refere que a UE deve reativar “o diálogo euro-atlântico como condição e método para a resolução das questões mais graves da atualidade”. Nesse sentido é referida a responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacional, procurando Portugal a “promoção de uma nova parceria para a paz e para o desenvolvimento”. Este documento refere novamente a questão da importância da existência de um “multilateralismo ativo” e que “Portugal deve assumir a sua quota de responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacional, bem como nos programas da ajuda humanitária, no pleno acatamento do direito internacional e com empenhamento coerente dos vetores político, diplomático, militar, policial e de reabilitação institucional ou económica e que deve fazê-lo no âmbito de mandatos claros por parte da ONU ou da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), nomeadamente, integrado em operações aliadas da NATO e/ou da União Europeia.”

Neste ponto é novamente feita uma alusão à Aliança Atlântica, referindo que “a concretização de uma componente de Política Externa, segurança e defesa no âmbito da União Europeia deve prosseguir de forma compatível com a preservação do elo transatlântico, instrumento fundamental de partilha de responsabilidades na prevenção de conflitos e no reforço da segurança coletiva (designadamente no quadro da Aliança Atlântica) e de partilha de objetivos na solução dos grandes problemas da agenda mundial”.

Ainda na Política Externa é defendido o objetivo da internacionalização da economia portuguesa, devendo Portugal ampliar e estimular a abertura aos mercados e investidores externos.

Política de Defesa Nacional Portuguesa

Relativamente à Política de Defesa Nacional do Programa do XVII Governo Constitucional de 2005-2009, o documento para aquela legislatura começa por referir que o surgimento de variados tipos de novas ameaças no quadro da segurança internacional, vem obrigar a uma resposta adequada por parte da política de Defesa Nacional. Nesse sentido é referido que é necessária uma resposta integrada da política de defesa, em que “a Defesa Nacional deve ter como objetivos fundamentais, não só capacidade para garantir a Segurança do Estado e dos Cidadãos mas também capacidades para projetar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz”. Nesse sentido o programa refere que “a participação ativa na produção de segurança internacional e, em particular, em missões internacionais de gestão de crises, de carácter humanitário e de apoio à paz” é necessária ser garantida. Por outro lado a aposta na segurança cooperativa, onde “Portugal reafirma o seu empenhamento nos compromissos militares de defesa coletiva da Aliança Atlântica e, em particular, a sua presença no quadro da *NATO Response Force*” e, como membro da UE “reafirma o seu empenhamento no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum e quer estar na primeira linha da construção da Política Comum de Segurança e Defesa, incluindo a sua participação nas missões militares sob comando da União Europeia, bem como a sua participação na cooperação estruturada em matéria de Defesa prevista pelo Tratado Constitucional da União Europeia”. Adicionalmente, o documento volta a insistir que, no “quadro multilateral, o Governo reafirma a sua presença e empenhamento nas organizações internacionais e sistemas de alianças a que pertence” e que no “plano bilateral, o Governo manterá as relações com os seus aliados tradicionais, em primeiro lugar com os Estados Unidos da América a que o liga um Acordo de Cooperação e Defesa, mas também com os parceiros europeus da NATO e da União Europeia”.

A questão das Missões das Forças Armadas é revista neste documento no sentido em que, num “novo quadro de segurança internacional” elas “devem ser adequadas (...) e corresponder às suas prioridades”. Assim, é referido que “para além das missões

tradicionais, as Forças Armadas deverão participar, prioritariamente, em missões internacionais de natureza militar, nomeadamente no sistema de defesa coletiva da Aliança Atlântica, na Política Europeia de Segurança e Defesa e em missões internacionais de apoio à Política Externa, designadamente, de gestão crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente a ONU, União Europeia, NATO, a OSCE e a CPLP”.

2.2.2. Programas dos XVIII e XIX Governos Constitucionais (2009-2011 e 2011-2015)

Os programas que se seguiram ao anteriormente apresentado têm muito poucas novidades ao nível da Política Externa e Defesa Nacional. Mantém-se a insistência vincada em dar continuidade aos acordos com a Aliança Atlântica mantendo os laços históricos, bem como em continuar a ser elemento ativo nas políticas de desenvolvimento da UE assumindo e reforçando os compromissos estabelecidos. A grande novidade surge no Programa do XVIII Governo, em que existe a intenção de candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, mostrando claramente que Portugal, quer “continuar a assumir a sua quota nas operações de paz e de segurança internacionais no contexto das várias organizações que integra, como as Nações Unidas, a NATO, a União Europeia, a OSCE ou CPLP”. No Programa do Governo seguinte a preocupação seria a de “ter em especial atenção o exercício do mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas” e, adicionalmente, “a intenção de preparar a candidatura de Portugal ao Conselho de Direitos Humanos 2014-17”.

Em suma, os governantes portugueses, independentemente da cor partidária, têm tentado manter a coerência nas políticas externas, procurando afirmar Portugal no quadro europeu e em toda a comunidade internacional, dando continuidade às ideologias que emergiram na época do pós-25 de Abril. Simultaneamente, tendo em conta o difícil contexto económico que Portugal tem atravessado nos últimos anos, os diversos Governos têm apostado em desenvolver políticas mais eficientes, quer a nível individual, quer integrado em ações da PESC/PCSD ou outras resultantes da sua inclusão em organizações internacionais, muito assentes na multilateralidade e na cooperação internacional.

2.3. Portugal e o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa

A política de cooperação Portuguesa assumiu, após a revolução de 25 de Abril de 1974, uma estrutura descentralizada, seguindo essa tipologia até aos dias de hoje. Registrando várias alterações e evoluções ao longo dos últimos anos, que culminaram no Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa para 2014-2020 (CECP), a cooperação portuguesa para o desenvolvimento tem procurado, pelo menos na teoria, ultrapassar os desafios impostos pelas alterações do paradigma da cooperação internacional ao nível das políticas, atores, instrumentos e recursos e assumir-se definitivamente como um instrumento fundamental na Política Externa de Portugal.

Um dos documentos mais marcantes ao nível da Cooperação para o Desenvolvimento Português, foi o aprovado pelo Conselho de Ministros em 2005 com o nome “Uma visão estratégica para a Cooperação portuguesa”. Este documento dava seguimento à política seguida até então, definida pelas orientações estratégicas da resolução 43/99 aprovada em Conselho de Ministros. A visão estratégica de 2005 procurava atualizar o estado da cooperação portuguesa, tendo em conta os novos cenários nacionais e internacionais que emergiram até então, como foi o caso dos Objetivos e a Declaração da Cimeira do Milénio, a Declaração de Monterrey sobre o Financiamento do Desenvolvimento ou a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (Sangreman, 2009). Para além disto, o documento de 2005 procurava tornar a cooperação num instrumento estruturante da Política Externa portuguesa tornando-a simultaneamente mais eficiente e mais eficaz.

A visão estratégica para a Cooperação Portuguesa tinha como grande linha orientadora a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), atuando de forma transversal em várias áreas, em especial na educação/formação, com o intuito de reduzir os níveis de pobreza, em linha com o que já tinha vindo a ser realizado pelas instituições portuguesas no passado. Além desta, a cooperação portuguesa procurava centrar-se em apoiar a lusofonia, no desenvolvimento económico sustentável e o reforço da segurança humana. Ao nível das prioridades geográficas, elas centravam-se nos PALOP, Timor-Leste e Brasil, tendo como prioridades por setor a boa governação, participação e democracia, o desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, em particular nos setores da educação, saúde, desenvolvimento rural, ambiente e crescimento económico, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, através da apropriação e capacitação dos países parceiros.

Nove anos após o lançamento do documento “Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa”, foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014 que procurava novamente atualizar o caminho a seguir para a cooperação portuguesa. Segundo o novo CECP, existem quatro princípios chave em que este se baseia e que são: a coerência/coordenação entre parceiros; a concentração geográfica e setorial, privilegiando projetos com dimensão e natureza estruturante; a apropriação, com enfoque no desenvolvimento de capacidades e na sustentabilidade; e a parceria, através da partilha de capacidades e recursos, incluindo fontes de financiamento. O CECP preconiza que a política de cooperação portuguesa deverá ter uma abordagem integrada, coordenada e supervisionada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), tornando-se este o principal articulador de toda a política cooperativa.

As prioridades geográficas do CECP são os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, sendo que as áreas de atuação assentam essencialmente na Cooperação para o Desenvolvimento, na Educação para o Desenvolvimento e na Ajuda Humanitária e de Emergência. As áreas de intervenção mantêm as linhas orientadoras do passado, focando recursos em dois grandes eixos: ao nível da governação, estado de direito e direitos humanos, particularmente na capacitação institucional e Ligação Paz, Segurança e Desenvolvimento; e ao nível do Desenvolvimento Humano e bens públicos globais.

No que diz respeito à capacitação institucional e Ligação Paz, Segurança e Desenvolvimento, o CECP refere que a cooperação portuguesa irá centrar os seus esforços em iniciativas que contribuam para o fortalecimento dos Estados a intervir, sendo que estas iniciativas serão em vários domínios, entre os quais a segurança, sendo a promoção do conceito da segurança humana uma prioridade para a cooperação para o desenvolvimento. Neste âmbito importa referir que o conceito da Cooperação Técnico-Militar não surge referida no novo conceito estratégico para a cooperação, ao contrário do que tinha vindo a acontecer nos últimos documentos produzidos relativamente às estratégias da cooperação portuguesa para o desenvolvimento. A Cooperação Técnico-Militar e a Cooperação Técnico-Policial contribuíram positivamente nos últimos anos para a segurança humana e capacitação institucional, conforme foi demonstrado em documentos de prestação de contas produzidos pelo IPAD, atuando nas reformas do setor da Segurança e apoiando o desenvolvimento de organizações capazes de garantir o controlo político e concretizar as tarefas operacionais atribuídas pelas autoridades civis (Sangreman 2009). A sua atuação não se cingiu apenas aos PALOP, mas também em

outros países por todo o mundo em missões atribuídas às FND, indo ao encontro dos objetivos estratégicos da cooperação portuguesa e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos da Política Externa. Apesar da questão da cooperação Técnico-Militar aparecer omissa no documento, este não fecha a porta à sua utilização. Aliás, é referido no CECF que, no âmbito da Ligação Paz, Segurança e Desenvolvimento, é prioridade a execução da Estratégia Nacional sobre a Segurança e Desenvolvimento aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2009, de 26 de agosto, o qual contribuirá também para os objetivos da cooperação portuguesa e conseqüentemente para os objetivos da Política Externa. Este documento refere que “é fundamental garantir a coerência das políticas nos domínios da segurança e do desenvolvimento, as quais, visando necessariamente alcançar objetivos específicos, através de instrumentos de natureza diferente, podem e devem estar pensadas de forma a promover a articulação entre os respetivos instrumentos e atividades, com vista à criação de sinergias que concorram para a prossecução dos objetivos de ambos domínios de intervenção”. Neste sentido, parece ser possível dizer que tanto a cooperação Técnico-Militar, a cooperação Técnico-Policial ou a participação nacional em operações de paz ou outras das NU ou NATO são ações de Política Externa mas também de cooperação para o desenvolvimento. Estas ações contribuem para as questões da segurança e para ações de capacitação institucional, ambas decisivas como instrumentos de Política Externa e de cooperação para o desenvolvimento.

Em suma, e em boa verdade, tendo em conta que o CECF para 2014-2020 refere que procura atualizar a política de cooperação portuguesa aos novos desafios nacionais e internacionais, mantendo no entanto os princípios e prioridades enunciados no documento “Uma visão estratégica da cooperação portuguesa”, não parece que existam alterações de grande monta na estratégia portuguesa para a cooperação. Um dos propósitos essenciais na estratégia de cooperação, é a projeção do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Camões I.P.) enquanto entidade responsável pela condução da política de cooperação. Nesse sentido, e ao se analisarem os relatórios de atividades de anos anteriores, tanto do extinto IPAD como do Camões I.P, verifica-se que os objetivos estratégicos e as atividades por eles executadas, já se centravam em larga escala nos mesmos objetivos traduzidos no CECF para 2014-2020. Isto poderá significar que não existirão grandes mudanças nas atividades desenvolvidas ao nível da cooperação portuguesa nos próximos anos.

3. CAPÍTULO 3 – Portugal no Afeganistão

O complexo conflito no Afeganistão está em linha com a também complexa história deste país que já viveu ao longo de séculos por quase todas as formas de governação que existem. Em traços gerais, a história recente e contemporânea deste país, que ocupava em 2012 a 175ª posição no Índice de Desenvolvimento humano⁷, pode ser dividida em vários períodos: período Republicano (1973-1979); período Soviético (invasão e dominação entre 1979-1988); Guerra Civil (1989-1992); domínio dos Mujahideen (1992-1997); domínio dos Taliban (1997-2001); invasão Norte-Americana e Governação Interina Afegã (2001-2004); Republica Islâmica do Afeganistão (2004-presente)⁸. Por outro lado, a diversidade étnica, linguística e sócio-cultural é enorme existindo mais de vinte grupos étnicos e mais de trinta línguas e dialectos espalhados por todo o país. Ewans (2002), refere que os diferentes tipos de regimes verificados no Afeganistão nunca tentaram promover qualquer tipo de desenvolvimento nas regiões mais periféricas do Afeganistão, afastando as minorias que habitam nesses locais. A consequência dessas não ações é o também não fortalecimento da união nacional que, apesar dos laços criados pelo Islão, a vasta diversidade linguística e cultural torna relativamente fraca.

3.1. Intervenção Militar no Afeganistão

A situação atual no Afeganistão decorre da reação Norte-Americana aos ataques de 11 de Setembro 2001. Depois desse trágico evento, os EUA iniciaram a “guerra contra o terrorismo” e fizeram com que essa tarefa fosse também um objetivo mundial e não apenas Norte-Americana através da ativação do Artigo 5º do NATO⁹. O regime Taliban do Afeganistão seria o primeiro alvo, sendo este supostamente o núcleo principal a partir do qual os ataques terroristas eram planeados e programados. A operação militar dos EUA no Afeganistão, denominada de *Operation Enduring Freedom* (OEF), teve como foco principal instalações militares dos Talibans e centros de treino da Al Qaeda e

⁷ PNUD 2013

⁸ Dados disponíveis no sítio www.asianhistory.about.com

⁹ Consultar Apêndice 1 para clarificação do significado deste conceito.

conseguiu rapidamente derrubar o regime Taliban em governação, não conseguindo no entanto extinguir os focos de insegurança remanescentes provenientes da resistência Taliban e de outros insurgentes opositores.

A invasão americana, bem como a rápida e subsequente conquista territorial das tropas da Aliança do Norte, originaram uma devastação enorme no Afeganistão em todas as frentes. Segundo as Nações Unidas, mais de 7 milhões de Afegãos estavam a necessitar de assistência após terem sido obrigados a fugir para as zonas fronteiriças do país, estando o Afeganistão a viver o início de uma crise humanitária de enormes proporções (Nações Unidas, 2001). Após o início das operações e o seu rápido e brutal desenvolvimento, a comunidade internacional começou a preocupar-se com o futuro do Afeganistão, tanto a nível humanitário, como a nível político e de segurança. A questão da reconstrução do país tornou-se central e, em Novembro de 2001, a resolução 1378 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) reuniu o consenso internacional de que seria necessário uma estrutura governativa estável que fosse capaz de dar aos afegãos uma unidade nacional que faltou até aí. De forma a materializar estas intenções, as NU realizaram a cimeira de Bona, em Dezembro de 2001, reunindo representantes Afegãos, da NATO e de altos representantes da comunidade internacional (Rietjens 2008, Runge 2009). Da cimeira saíram importantes medidas que viriam mudar decisivamente o futuro próximo do Afeganistão. As mais importantes foram a nomeação de um Governo interino e o envio de uma força internacional de suporte e manutenção de paz (mais tarde nomeada ISAF). Esta última foi mandatada pela resolução 1386 do CSNU e mais tarde nas resoluções 1413 e 1444, sendo a sua missão a de assistir a Autoridade Transitória Afegã (ATA) em manter a segurança em Cabul (e mais tarde fora de Cabul pela resolução do CSNU 1510), para que esta e as Nações Unidas pudessem operar em ambiente seguro, até que fossem garantidas estruturas de segurança nacionais afegãs, conforme tinha sido também acordado na Cimeira de Bona (Jakobsen 2005). O garantir da segurança pela ISAF tornou-se ainda mais necessária, com o aumento do número de organizações nacionais e internacionais no terreno empenhadas em tarefas de reconstrução e de apoio humanitário no Afeganistão. Estas organizações incluíam ONGs, OIs, organizações afegãs e agências das NU. As NU criaram ainda a Missão de Assistência no Afeganistão (UNAMA) que, numa parceria tripartida com a ATA e ISAF, tinha como responsabilidade coordenar e gerir todas as atividades das NU.

3.2. Portugal no Afeganistão

O Médio Oriente é uma região com importância estratégica mundial, principalmente devido a questões relacionadas com petróleo e segurança. No entanto, segundo Pinheiro, historicamente, Portugal nunca desenvolveu a sua Política Externa ou de cooperação nesta região em específico, quer ao nível do emprego de forças militares ou noutra vertente em matéria de segurança e defesa (Pinheiro, 2008).

Por outro lado, assumindo e cumprindo os compromissos internacionais e mostrando determinação em marcar a sua presença nas missões levadas a cabo no contexto da PCSD e da NATO, Portugal tem, desde a década de noventa, participado em várias missões internacionais, no âmbito das OAP e em diversos TO, através das denominadas FND. Estas missões têm sido atribuídas às Forças Armadas e têm conseguido projetar positivamente o nome de Portugal a vários níveis. É esse o caso, entre outras, da missão da ISAF no Afeganistão e que é, provavelmente, uma das mais complexas que alguma vez existiram na história. A FND Portuguesa Integra a missão da ISAF no quadro dos compromissos internacionalmente assumidos no quadro da aliança transatlântica e tem como missão aconselhar, assistir e assessorar as unidades das *Afghan National Security Forces* (ANSF), com vista ao seu emprego operacional, contribuindo decisivamente para o *capacity building* do país¹⁰. É considerado que o fator mais significativo para a garantia da existência futura de ANSF eficazes e auto-suficientes é o apoio prestado pelas *NATO Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT) (onde Portugal está integrado), pelas *Embedded Training Team* (ETT) americanas e pelas *Mobile Education Training Team* (METT). Todas estas equipas são constituídas por Formadores/Instrutores que serão os elos de transmissão de conhecimento e de *know-how* para o Afeganistão. A missão portuguesa é, nesse sentido, considerada como preponderante. Ela consiste em ministrar instrução básica e complementar, formar formadores afegãos e assessorar as ações de formação nos Centros de Formação das ANSF, garantindo a gestão e controlo dos materiais, equipamentos e munições à sua disposição. Além do carácter formativo, tem também a função de garantir a sustentação e proteção da própria força e apoiar outros militares nacionais em missão no TO do Afeganistão, quando necessário.

¹⁰ No sítio da Internet do Exército Português (<http://www.exercito.pt/>) e do Estado Maior General das Forças Armadas (<http://www.emgfa.pt/>), poderá ser consultada informação mais detalhada sobre esta temática, bem como a constituição dos Contingentes Portugueses e o seu historial de participações.

4. CAPÍTULO 4 – Impacto da Missão Portuguesa das FND nos Objetivos da Política Externa, Defesa Nacional e na Política de Cooperação Portuguesa

A missão Portuguesa no Afeganistão tem como objetivo explícito a dotação de capacidades a militares e a civis afegãos, tendo em vista a construção de capacidades (*capacity building*) do país, para que seja possível alcançar o estado de auto-sustentabilidade após a retirada das organizações e instituições internacionais, sejam elas civis ou militares¹¹. Neste contexto, e particularmente as equipas de formadores/instrutores da Força Aérea, têm como missão a formação e mentoria a civis afegãos que já trabalham ou vão trabalhar em diversas áreas de operações e que irão assegurar o bom funcionamento dos mais variados serviços em Cabul.

Neste capítulo é apresentado o trabalho de campo desenvolvido, assente e baseado em entrevistas a militares e civis que estiveram ou ainda se encontram no TO do Afeganistão na área de formação e mentoria.

4.1. Entrevistas

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com base num guião previamente elaborado¹², com a finalidade de se conseguir responder às questões levantadas neste trabalho. O facto de se terem realizado entrevistas a militares e civis que estiveram, ou estão, no Afeganistão e que viveram um conjunto de experiências *in loco*, concretas e reais relacionadas com esta temática, é fundamental para se conseguir alcançar o objetivo deste trabalho.

Para a elaboração deste trabalho foram entrevistados militares e civis que exercem, ou já exerceram, funções no TO do Afeganistão.¹³

¹¹ Os dados desta secção foram obtidos a partir do sítio do Estado Maior General das Forças Armadas, www.emgfa.pt.

¹² O guião da Entrevista encontra-se no Apêndice 2.

¹³ Os elementos entrevistados podem ser consultados no Apêndice 3.

As entrevistas realizadas a militares e civis (portugueses e de outras nacionalidades) foram conclusivas relativamente ao tipo de cooperação realizado por Portugal no Afeganistão¹⁴.

Relativamente aos entrevistados militares podemos dividi-los em dois grupos: aqueles cujas funções são de planeamento e coordenação, estando envolvidos nos centros de decisão, e aqueles que têm funções operacionais e que interagem diretamente no terreno com civis ao nível da formação e instrução.

Os civis entrevistados são também divididos em dois grupos: o grupo daqueles que tiveram, ou têm, funções ou cargos em que trabalhavam diretamente com militares e o grupo que obteve formação/instrução de qualquer espécie pelos militares portugueses ou americanos no Afeganistão.

Relativamente aos militares e no primeiro grupo, os entrevistados Portugueses, evidenciaram de uma maneira geral, a dificuldade de Portugal ter um real poder nos centros de decisão. Foi referido o facto de que muitas das missões e operações nacionais serem efetuadas no âmbito de acordos bilaterais ou multilaterais, em que Portugal, pela menor capacidade financeira, tem menor peso no centro de decisão. No entanto, segundo estas fontes, tal nunca significou que não fossem ouvidos ou tomados em consideração. Ao nível da existência de qualquer tipo de preparação prévia para Cooperação Civil-Militar¹⁵ durante a missão, a generalidade dos entrevistados militares portugueses, referiram que tinham tido formação neste âmbito e que esse facto os tinha auxiliado a interagir com os elementos civis com quem trabalhavam em prol de um objetivo comum. Nesse sentido foi recordado que, uma vez que se tratava de uma missão de suporte à paz e de construção de capacidades, os objetivos de ambos (civis e militares) eram comuns, o que facilitava a troca de informações. Na verdade, na maioria dos casos, os civis com quem este grupo de entrevistados lidava, eram chefias afegãs, civis e militares, que tinham como principal interesse conseguir o máximo de apoio possível dos militares, pois eram eles quem possuíam os recursos. Foi também referido pelos entrevistados portugueses que a receptividade dos civis relativamente aos Portugueses, era maior do que as outras nações (americana por exemplo). O entrevistado italiano, por outro lado,

¹⁴ As respostas às questões efetuadas podem ser consultadas no Apêndice 4.

¹⁵ Neste caso, Cooperação Civil-Militar é entendida como qualquer tipo de interação entre o militar e civis, no âmbito das suas funções e com interesse para a missão de ambos.

mostrou desconhecimento relativamente a esse facto pelo que não confirmou essa informação. Todos os entrevistados deste grupo apontaram que a missão no Afeganistão era uma contribuição importante para o início do desenvolvimento do país e que contribuía de forma importante para o reforço da Governação e da estabilidade de um Estado de direito. Por outro lado foi geral a convicção de que esta missão terá que se prolongar por mais anos, sob o risco de tudo o que foi construído se perder e, quem sabe, retornar a uma situação igual ou pior àquela que se vivia.

Quanto à percepção que os entrevistados deste grupo têm relativamente à Cooperação Civil-Militar e à sua importância, o Tenente-Coronel Italiano Nicola Sodano, era, de longe, o que apresentava maior experiência nesta matéria. Isto deve-se ao facto de os Italianos terem uma estrutura de Cooperação Civil-Militar que lhes permite serem nomeados com frequência para missões de *peacekeeping* ou outras no âmbito das NU ou NATO e das quais o TC Sodano tinha participado em seis. A sua experiência, referiu ele, foi extremamente positiva tanto para a parte militar, como para a civil. Nas missões humanitárias em que participou, o TC assegurou que na sua maioria, os civis não conseguiriam cumprir os seus objetivos sem auxílio dos militares principalmente por razões de segurança e de recursos disponíveis. Por outro lado, também os militares, principalmente nos domínios políticos e sociais, trabalhavam cooperativamente com civis e com resultados positivos e em que ambos aceitavam as diferenças inerentes a cada organização. Não obstante, algumas organizações escusavam-se totalmente de trabalhar com militares, principalmente os Médicos Sem Fronteiras, mesmo que isso significasse riscos enormes para eles próprios. Ainda neste âmbito, os entrevistados portugueses, também referiram que a cooperação civil militar no Afeganistão era realizada pelas FND, mas de uma forma não “estruturada”, isto é, não existia uma célula de Cooperação Civil-Militar destacada, mas que o facto de interagirem com civis afegãos e terem de definir objetivos comuns que permitia cada um obter os seus intentos, era no fundo uma forma de cooperação.

No que toca à internacionalização da economia portuguesa, nenhum dos entrevistados encontrou no Afeganistão qualquer indício da sua existência, à exceção de visualizações fortuitas de crianças envergando camisolas dos futebolistas portugueses Cristiano Ronaldo e Luís Figo.

O segundo grupo de militares entrevistados, fizeram parte da equipa de formadores/instrutores da Força Aérea no âmbito da NATO *Training Mission Afghanistan*. A sua missão proporcionou o contacto com civis afegãos que trabalham na

operação do aeroporto em diversas áreas. As respostas deste grupo não foram distantes das do grupo anterior. Quanto ao poder de decisão, este grupo, sendo operacional, não tinha funções ou poder de decisão, exceto a um pequeno nível, o qual é irrelevante para o objetivo deste trabalho. Quanto ao grau de preparação para a interação com civis, os militares portugueses entrevistados não possuíam treino ou formação específica uma vez que se tratava de uma missão para ministrar formação e instrução e não exatamente de cooperação. No entanto, mesmo sem formação ao nível da Cooperação Civil-Militar, todos os entrevistados portugueses relataram que se relacionaram muito bem com os instruendos, ficando mesmo amigos e trocando contactos para futuras visitas. Segundo estes relatos, o mesmo não acontecia com os americanos (militares e civis) que, com postura mais distante, não criavam laços, o que prejudicava por vezes o alcançar de um determinado objetivo. Isto também acontecia porque os afegãos apresentavam uma pré-disponibilidade menor para interagir com os americanos do que com os portugueses. A história de Portugal era conhecida de alguns afegãos e tal também foi objeto de conversa. Alguns entrevistados não deixaram, no entanto, de referir que teria sido benéfico terem tido formação ou, pelo menos, terem sido dotados de alguns conceitos que lhes permitisse entender as diferentes ideologias existentes nas diferentes organizações presentes no TO.

Relativamente à questão sobre a contribuição da missão em que estavam integrados para o desenvolvimento de capacidades do Afeganistão, todos, sem exceção referiram que a consideravam extremamente importante e útil para o futuro do país. As razões apontadas foram que os conhecimentos técnicos dos formandos afegãos eram muito limitados, o que prejudicava imenso as suas funções. Com as capacidades adquiridas, os entrevistados consideravam que os afegãos estavam muito melhor preparados agora para responder aos desafios que as suas profissões iriam certamente impor, contribuindo também eles para a futura formação de novos profissionais. Este grupo, de um modo geral, referiu ainda que a Cooperação Civil-Militar poderia significar uma importante ajuda aos países em desenvolvimento no geral e em particular no Afeganistão, considerando que, neste caso em particular, não seria difícil encontrar objetivos comuns, que conseguisse não prejudicar as ideologias de cada instituição ou organização. No entanto, estas afirmações não eram comprovadas com exemplos relevantes. Consideravam também que a missão que desempenharam (ou desempenham ainda) tem características de Cooperação Civil-Militar, pois, uma vez que também trabalham com civis afegãos que ministram instrução, teve sempre que existir interação pró-ativa eles, ou seja, os militares não conseguiam cumprir a sua missão sem os civis, e

vice-versa, obrigando uns a ceder em prol dos outros em algumas situações, para que o objetivo final fosse cumprido por ambos. Também este grupo não observou nenhum sinal de internacionalização da economia portuguesa no Afeganistão, quer ao nível de produtos, pessoas, empresas, ou qualquer outro.

No que diz respeito aos entrevistados civis, a impossibilidade de se conseguir o deslocamento até ao Afeganistão, fez com que não fosse possível entrevistar um maior número de pessoas. As entrevistas aos afegãos foram realizadas por correio eletrónico e através de intermediários militares que se encontram no Afeganistão. As entrevistas aos civis foram presenciais.

Tendo em conta as várias respostas, Srecko Zajc, tendo como função ser o responsável da área das relações civis-militares no Ministério da Defesa Esloveno, e tendo sido destacado várias vezes para missões no Afeganistão, foi quem apresentou as respostas mais concretas e interessantes às perguntas realizadas. Relativamente ao poder de decisão, pela sua experiência, as nações que têm maior peso nas decisões de qualquer tipo, são sempre aquelas que injetam maior quantidade de capital. No entanto, a um nível em que as decisões estratégicas já estão definidas, salvo exceções, qualquer elemento de qualquer nação, maior ou menor, tem igual poder de decisão. Da experiência que teve, referiu que encontrou várias vezes elementos portugueses em cargos influentes, nomeadamente nas Nações Unidas, como conselheiros políticos e militares que comandavam forças internacionais em missões de apoio à paz, o que mostrava a sua importância e capacidades. A esse propósito, reconheceu que nunca trabalhou diretamente com portugueses, mas que a perceção que tem é que são extremamente profissionais, bons tecnicamente e amáveis e cordiais a nível pessoal. Estas declarações mostram um pouco do que outras nacionalidades percebem dos portugueses.

Relativamente à missão do Afeganistão propriamente dita, Srecko Zajc considera que na generalidade as missões de *peacekeeping* no Afeganistão e particularmente a missão da NATO *Training Mission Afghanistan*, são fundamentais para a reconstrução do país. Nesse sentido refere que o seu país, a Eslovénia, atuando de uma forma interligada entre ministérios, relaciona a estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento com a estratégia de Política Externa, assumindo de uma forma transparente, interesses económicos do país. A Cooperação Civil-Militar é, segundo o seu ponto de vista, importantíssima para o cumprimento dos objetivos estratégicos e políticos de ambos. Considera que é melhor aceitar que ambos os mundos vão sempre existir e que têm ideologias diferentes. Aceitando esse facto, torna-se necessário cooperar da melhor

maneira para que não existam quebras de ideologias e princípios; da sua experiência, sempre que isso aconteceu, isto é, sempre que existiu Cooperação Civil-Militar, ambas as partes satisfizeram as suas necessidades. Não nega no entanto, que em missões específicas, os militares têm a sua própria agenda e apenas aceitam cooperar se isso lhes convier. No entanto, aceita esse facto com naturalidade. Relativamente ao papel das FND no Afeganistão, Srecko Zajc reconhece que o que é feito pelos portugueses, por exemplo, ao nível da formação e instrução, tem interesses políticos e pouco altruístas, mas que, de acordo com o que conhece e experiência que tem, trata-se de Cooperação Civil-Militar. Isto porque, o facto de ter de existir coordenação e cooperação entre dois mundos distintos em busca de objetivos comuns, está de acordo com as doutrinas existentes de Cooperação Civil-Militar. No que toca à observação da internacionalização da economia portuguesa, nenhum dos intervenientes civis teve conhecimento de algum produto, serviço ou indústria portuguesa, mas um dele referiu, em tom de brincadeira, que o vinho do Porto e os Pastéis de Belém poderiam fazer sucesso no Afeganistão.

Relativamente às respostas do entrevistado civil afegão, não tendo sido possível uma entrevista pessoal, explicando ou dirigindo a entrevista, as respostas obtidas não foram muito esclarecedoras. De qualquer maneira, de um modo geral, o entrevistado gostou de trabalhar com os portugueses, considerando que os ensinamentos que obteve serão importantes no futuro. Particularmente referiu que, se já tivesse tido formações deste género, poderia ter realizado melhor trabalho do que até aqui. Apesar de não saber o que é a Cooperação Civil-Militar, considerou importante e positivo a presença de militares, tanto a nível pessoal como familiar, pela maior segurança que impõem, e que procuraria auxiliar e cooperar sempre no que fosse necessário. Os conhecimentos culturais deste entrevistado eram de bom nível, conhecendo a sociedade portuguesa, mas sem nunca ter visto nada relacionado com o nosso país no Afeganistão, para além dos militares.

5. CAPÍTULO 5 – Conclusão

A investigação teórica realizada e as respostas obtidas através de entrevistas aos intervenientes no teatro do Afeganistão, permitem chegar a algumas conclusões.

Relativamente à primeira questão derivada, *“A missão realizada no Afeganistão contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos portugueses da Política Externa e Defesa Nacional?”*, foram elaboradas as questões 2, 4, 5, 7, 8, 9 e 10 de forma a conduzirem a algumas conclusões.

Tendo em conta as respostas obtidas, poder-se-á dizer que, de forma geral, os desígnios traçados pelos programas governativos nestas duas matérias estão a ser cumpridos e a missão no Afeganistão contribui para que isso aconteça. Ao nível da Política Externa, através das posições ocupadas por algumas chefias portuguesas na missão, percebe-se que existem centros de decisão em níveis superiores àqueles em que os portugueses estão incluídos, mas que, a um nível tático, existem chefias portuguesas com capacidade e poder para decidir e com resultados visíveis no TO. Esta capacidade, tendo em conta os resultados positivos reconhecidos por todos os entrevistados relativamente à missão portuguesa, poderá refletir-se positivamente ao nível político superior, contribuindo também de forma positiva para a aceitação das capacidades portuguesas. Tendo em conta as limitações financeiras nacionais, parece que a este nível o objetivo estará a ser cumprido. Paralelamente, o envolvimento de missões Portuguesas no Afeganistão desde 2002, reflete a preocupação e o esforço realizado por Portugal para se manter como um dos países responsáveis pela segurança internacional. Mais uma vez, o progressivo aumento de militares ao longo de mais de uma década, reflete, de alguma forma, que as missões têm sido realizadas com competência e que são reconhecidas internacionalmente, contribuindo positivamente para os objetivos de Política Externa. Em sentido inverso, não existe internacionalização da economia portuguesa no Afeganistão, uma vez que não foi observado por nenhum entrevistado qualquer tipo de indústria, serviço ou produto, mostrando que, a este nível, não está a ser realizado nenhum aproveitamento da perceção positiva que os vários contingentes têm deixado. Evidentemente tal também se deve à instabilidade existente no país que não contribui positivamente para tais desígnios.

Relativamente aos objetivos de Defesa Nacional, a capacidade demonstrada de projeção de forças, entre outros, no teatro do Afeganistão, cooperando na aliança da NATO em favor da segurança internacional, vai em linha com os objetivos preconizados para a política de defesa, atuando ao nível da segurança cooperativa e da Força de Resposta da NATO. Adicionalmente, Portugal tem também cumprido ao nível das relações bilaterais, como foi referido por um dos entrevistados, sendo que uma das missões de mentoria e instrução realizada no Afeganistão, apesar de se enquadrar no quadro multilateral da ISAF, refere-se a parcerias bilaterais entre os Estados Unidos da América e Portugal. Estes dois últimos pontos são aliás bastante importantes porque se mostra mais uma vez que, tanto ao nível da Política Externa como da Defesa Nacional, Portugal tem feito um esforço evidente para se manter perto dos aliados mais importantes ao nível da defesa – os EUA e a NATO. Por outro lado a revisão das missões das forças armadas, também foi, e está a ser, conseguida. A sua participação no sistema de defesa coletiva da Aliança Atlântica, em missões internacionais de apoio à Política Externa, particularmente de manutenção de paz, no quadro da NATO e ONU, é disso exemplo e mais uma vez vai ao encontro dos objetivos que se procuram alcançar.

Em suma, e de forma a responder concretamente à questão colocada, considera-se que a missão no Afeganistão contribui positivamente para o cumprimento dos objetivos estratégicos portugueses da Política Externa e Defesa Nacional.

Relativamente à segunda questão derivada, ***“Qual é a perceção dos atores envolvidos das atividades que executam”***, foram elaboradas as questões 6, 7, 8 e 9 de forma a conduzirem a algumas conclusões.

As respostas obtidas e a investigação realizada, permitem concluir que todos os atores envolvidos no teatro do Afeganistão, civis ou militares, consideram que, de alguma forma, é realizada cooperação nas suas funções. Tendo ou não tendo formação de base sobre os conceitos, fundamentos ou doutrina da Cooperação Civil-Militar, não houve nenhum dos entrevistados que não considerasse positivo o trabalho que desenvolveu (ou desenvolve) no Afeganistão. Segundo o ponto de vista dos entrevistados que exerciam funções de formação e mentoria, a interação constante com civis afegãos, obrigava inevitavelmente à existência de cooperação entre ambos de forma a ultrapassar determinados obstáculos com que se deparavam. Para além deste grupo de entrevistados, os restantes, isto é, tanto aquele que detinha funções de chefia como os civis, consideravam que as funções que desempenhavam eram dependentes de ambos, pelo que

a cooperação era essencial. Salientaram ainda que, as funções desenvolvidas de forma particular por cada elemento e a missão das FND no Afeganistão em geral, eram contribuições importantes para a construção das capacidades do país. Tanto os militares como os civis entrevistados consideraram que não seria possível realizar essa construção de capacidades sem cooperação, e que, por essa razão, também eles faziam, de forma consciente ou inconsciente Cooperação Civil-Militar, mesmo que tal não estivesse plasmado especificamente na descrição das suas funções.

Em suma, e de forma a responder concretamente à questão colocada, a perceção dos atores envolvidos nas ações de que executam é a de que realizam Cooperação Civil-Militar e de que a missão desenvolvida contribui de forma importante para a construção de capacidades do país.

Relativamente à terceira questão derivada, ***“A missão realizada no Afeganistão contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos portugueses para a cooperação para o desenvolvimento?”***, foram elaboradas as questões 3, 4, 5 e 9 de forma a conduzirem a algumas conclusões.

Analisando a investigação realizada e as respostas às entrevistas, pode-se constatar que, na missão do Afeganistão existe efetivamente um enfoque na construção das capacidades do país. Apesar de ser uma missão estabelecida e criada por outras instâncias que não a nacional, a participação de Portugal é inequívoca e contribui para o seu desenvolvimento. A missão enquadra-se no eixo da capacitação institucional e na Ligação Paz, Segurança e Desenvolvimento, sendo este um objetivo prioritário da cooperação portuguesa como é referido no CECF. As respostas obtidas nas entrevistas evidenciaram, quase na sua totalidade, a importância que as tarefas desenvolvidas teriam no futuro para o desenvolvimento do país e que contribuía para o reforço da sua governação e estabilidade. Este facto não pode ser escamoteado e deveria ser levado em linha de conta aquando da contabilização do cumprimento ou incumprimento dos objetivos para a cooperação portuguesa. Apesar da prioridade geográfica da cooperação para o desenvolvimento portuguesa ser os PALOP e Timor-Leste, tal não significa que essa mesma cooperação não possa ser realizada noutra parte do globo, como parece ser o caso. A questão prende-se com o facto de esta cooperação acontecer “naturalmente” pelo envolvimento das Forças Armadas Portuguesas em missões internacionais de outros âmbitos que não o estritamente cooperativo. No entanto, se a realidade mostrar que neste tipo de missões existe Cooperação Civil-Militar e que o trabalho desenvolvido se reflete

positivamente para a construção das capacidades do país, perdurando no futuro, poder-se-á dizer que se tratam de contributos positivos e importantes para os objetivos estratégicos da cooperação para o desenvolvimento português e que estes deveriam ser contabilizados. Para isso é fundamental a existência de coordenação inter-ministérios que, de forma transparente, estabeleça contactos de forma a contabilizar o que é feito pelas FND, e em particular no Afeganistão, como cooperação para o desenvolvimento.

Em suma, e de forma a responder concretamente à questão colocada, a missão realizada no Afeganistão contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos portugueses em vigor na área da cooperação para o desenvolvimento, segundo o que se encontra descrito no CECP. O fator negativo é que a cooperação realizada não é contabilizada para efeitos estatísticos, uma vez que sai fora do âmbito do MNE.

Tendo em conta todas as respostas às questões parciais, parece ser possível responder à questão principal de ***“Qual é o papel/contributo da Cooperação Civil-Militar na estratégia da cooperação portuguesa e sua Política Externa?”***.

A resposta a esta questão, segundo a investigação realizada e segundo as respostas obtidas às questões parciais, é que, efetivamente a Cooperação Civil-Militar contribui positivamente e de forma importante para a estratégia da Cooperação Portuguesa e sua Política Externa. Deve ser referido que, a missão desenvolvida no Afeganistão não tem na sua génese o rótulo de “Cooperação Civil-Militar”. Trata-se de uma missão no âmbito bilateral e multilateral no âmbito das “Operações de Apoio à Paz” e que, pelas suas características particulares, adquire contornos de cooperação entre militares e civis. Aliás, as respostas à segunda questão parcial, *“Qual é a perceção dos atores envolvidos das atividades que executam?”*, demonstraram que é efetivamente realizada cooperação entre civis e militares, com benefícios potenciais para a construção de capacidades no país. Deste ponto de vista, poder-se-á retornar à questão de que as FND integram e desenvolvem missões que contribuem realmente de forma transversal para várias áreas estratégicas de interesse nacionais e que esses contributos poderiam e deveriam ser contabilizados pelas entidades responsáveis.

Ao analisarmos as respostas às questões derivadas, constatou-se que grande parte dos objetivos vertidos nos documentos estratégicos governativos são realizados e cumpridos por este tipo de missões, o que reforça o argumento anterior e salienta que a

Cooperação Civil-Militar, no âmbito das FND, são um importante contributo para a estratégia nacional, disseminando o nome de Portugal no mundo.

Insuficiências do Trabalho

A possibilidade de realizar o estudo de campo no Afeganistão teria sido um contributo extraordinário e de grande interesse para a presente dissertação. Por razões alheias, essa deslocação não foi possível, obrigando que algumas entrevistas fossem realizadas via eletrónica, o que naturalmente não foi o ideal.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Citada

Ankersen, Christopher (2008), *Civil-Military Cooperation in Post-Conflict Operations*, Cass Military Studies, EUA 2008;

Ewans, M. (2002), *Afghanistan, a Short History of its People and Politics*, New York: Harper Collins Publishers

Franke, Volker (2006), *The Peacebuilding Dilemma: Civil-Military Cooperation in Stability Operations*, International Journal of Peace Studies, 2006;

Jakobsen, P.V. (2005), *PRTs in Afghanistan: Successful but not sufficient*, DIIS Report 2005:6. Copenhagen: Danish Institute for International Studies

Jeong, Ho-Won (2005), *Peacebuilding in Postconflict Societies: Strategy & Process*, 2005, Boulder: Lynne Rienner Publishers;

Goulding, Marrack, (1993), *The Evolution of United Nations Peacekeeping*, International Affairs, nº 3;

Guttieri, Karen (2004), *Civil-Military Relations in Peacebuilding*, Sicherheitspolitik und Friedensforschung, nº 2, 79-85.

Mockaitis, Thomas, *Civil-Military Cooperation in Peace Operations: The Case of Kosovo*, Strategic Studies Institute, Carlisle, PA, 2004

Nações Unidas (2003), *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations*, Department of Peacekeeping Operations, Dezembro 2003

NATO, (2003), *AJP-9 NATO Civil-Military Co-operation Doctrine*, Bruxelas, Bélgica, Junho 2003, p. 1-1.

NATO, (2010), *NATO's Strategic Concept 2010*, Bruxelas, Bélgica, Novembro 2010.

OCHA, (2010), *OCHA on Message: Humanitarian Principles*, Abril 2010.

Oliveira, Gilberto (2009), *Relações entre civis e militares nas operações de paz*, Faculdade de Economia/Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Dezembro 2009

Paris, Roland (2009), *Understanding the 'coordination problem' in postwar statebuilding*, em Roland Paris, e Timothy D. Sisk (eds.), *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the contradictions of Postwar Peace Operations*, London e New York: Routledge.

Presidência do Conselho de Ministros, Programa do XVII, XVIII e XIX dos Governos Constitucionais 2005-2009, 2009-2013 e 2011-2015 respetivamente;

Presidência do Conselho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros nº17/2014, *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*, 7 de março de 2014;

Pereira, Manuel (2006), *Política Externa Portuguesa e Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia*, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nº 9.1, Março 2006, pp. 134-145;

Pinheiro, Paulo (2008), *Portugal e o Médio Oriente – Uma Visão Portuguesa em Matéria de Segurança e Defesa*, em Revista Nação e Defesa nº 121, 3ª Série, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Outono/Inverno 2008;

Pugh, Michael (2000), *Civil-Military Relations in the Kosovo Crisis: An Emerging Hegemony?*, in *Security Dialogue*, 31(2), 229-242;

Rietjens, Sebastiaan J. H. (2008), *Managing Civil-Military Cooperation*, *Armed Forces and Society*, 34(2), 173-207;

Rigby, Andrew (2006), *Is there a role for the military in peacebuilding?*, in *CCTS Review*, 32, 1-18;

Runge, Peter (2009), *The Provincial Reconstruction Teams in Afghanistan: Role model for civil-military relations?*, Occasional Paper IV, Bonn International Center for Conversion, Outubro 2009;

Sangreman, Carlos (2009). *A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa*, Documentos de Trabalho nº 80, CEsa, Lisboa 2009;

Spearin, Christopher (2008), *Private, Armed and Humanitarian? States, NGOs, International Private Security Companies and Shifting Humanitarianism*, em *Security Dialogue*, 39(4), 363-382;

Studer, M. (2001), *The ICRC and civil-military relations in armed conflict*, em *IRRC*. Vol. 83, no. 842, p. 367-391;

Teixeira, Nuno Severiano (2010), *Breve ensaio sobre a Política Externa Portuguesa*, *Relações Internacionais*, Dezembro 2010;

Teixeira, João Pedro Braga (2012), *Os Contributos da Cooperação Civil-Militar para a Política Externa Portuguesa – O caso das unidades de Engenharia Militar no Líbano*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2012;

Viana, Vitor, (2002), *Segurança Coletiva: A ONU e as Operações de Apoio à Paz*, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, Edição Cosmos;

Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4ª Edição. Lisboa: Gradiva, 2005;

Zaalberg, Thijs (2008), *The historical origins of civil-military cooperation*, em Rietjens, Sebastiaan J.H. Bollen, Myriame T.I.B. (2008), *Managing Civil-Military Cooperation : A 24/7 Joint Effort for Stability*, Ashgate Publishing Group;

Recursos On-Line

<http://www.exercito.pt/>

<http://www.emgfa.pt/>

<http://hdr.undp.org/en/reports/global/>

<http://www.asianhistory.about.com>

<http://reliefweb.int>

http://www.oecd-ilibrary.org/development/conflict-and-fragility_20743637

Outra Bibliografia

Abiew, F.K. (2003), *NGO-Military Relations in Peace Operations*, em *International Peacekeeping*. Vol. 10, no. 1, p. 24-39;

Banco Mundial (2013), *International development cooperation*. set of lectures, editado por Vladimir Bartenev e Elena Glazunova, Moscow, online;

Bollen, M.T.I. (2002), *Working apart together: Civil-Military Co-operation*. Tese de Doutoramento, Wageningen: University of Wageningen;

Comissão Europeia (2007), *Towards a European Consensus on Humanitarian Aid*, Bruxelas (2007);

Collinson, S. and S. Elhawary (2012), *Humanitarian Space: A Review of Trends and Issues*, HPG Report 32. London: ODI;

Durch, J. William (2006), *Twenty-First-Century Peace Operations*, US Institute of Peace Press, 2006;

Ellerman, D., (2009), *Helping people help themselves*, The University of Michigan Press, EUA;

Guerra, I. (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*, Estoril: Principia Editora;

Gordon, S. (2001). *Understanding the priorities for civil-military co-operation (cimic)*, em *The Journal of Humanitarian Assistance*, Julho 2001;

Gouveia, Hugo (2010), *As Forças Nacionais Destacadas e a Cooperação Civil-Militar*, Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, Agosto 2010;

IPAD (2011), *Cooperação Portuguesa, uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento (1996-2010)* (ISBN 978-972-8975-33-3), On line em <http://www.instituto-camoes.pt/>;

Mackinlay, J., ed. (1996), *A guide to peace support operations*, Providence: The Thomas J. Watson Jr. Institute, Brown University;

Maria Manuela Afonso e Ana Paula Fernandes (2002), *ABCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*, IMVF e OIKOS.

Metcalf, V, A. Giffen and S. Elhawary (2011), *UN Integration and Humanitarian Space: An Independent Study Commissioned*, by the UN Integration Steering Group, HPG and Stimson Center;

Miner, L. and T.G. Weiss (1995), *Mercy under fire, war and global humanitarian Community*, Providence: The Thomas J. Watson Jr. Institute, Brown University;

MNE (2005), *Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa*, IPAD, Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005. On line em http://icsite.cloudapp.netdna-cdn.com/images/cooperacao/visao_estrategica_para_cp.pdf;

Nações Unidas (2001), *In Afghanistan, A population in Crisis: joint statement of UNICEF, WFP, UNHCR, UNDP, UNOCHA, UNHCHR*. 30 Junho 2004;

Presidência do Conselho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2009, *Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento*, 26 de agosto de 2009;

Presidência do Conselho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros nº19/2013, *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, 27 de março de 2013;

Rana, Raj. 2004, *Contemporary challenges in the civil-military relationship: Complementarity or incompatibility?*, International Review of the Red Cross, ICRC e Cambridge University Press, Setembro;

Ridell, R.C. (2007), *Does foreign aid really work?*, OXFORD University Press, New York, EUA;

Rietjens, S.J.H. (2002). *Civil-Military Co-operation in Complex Emergencies: A literature survey of the important factors for future co-operation*, Research Paper FMB 02-65. Breda: Royal Netherlands Military Academy;

Seiple C. (1996), *The US Military/NGO Relationship in humanitarian interventions*, Carlisle Barracks: Peacekeeping Institute Centre for Strategic Leadership, U.S. Army War College;

Slim, H. (1996). *The stretcher and the drum: civil-military relations in peace support Operations*, em International Peacekeeping. Vol. 3, no. 2, p. 123-140

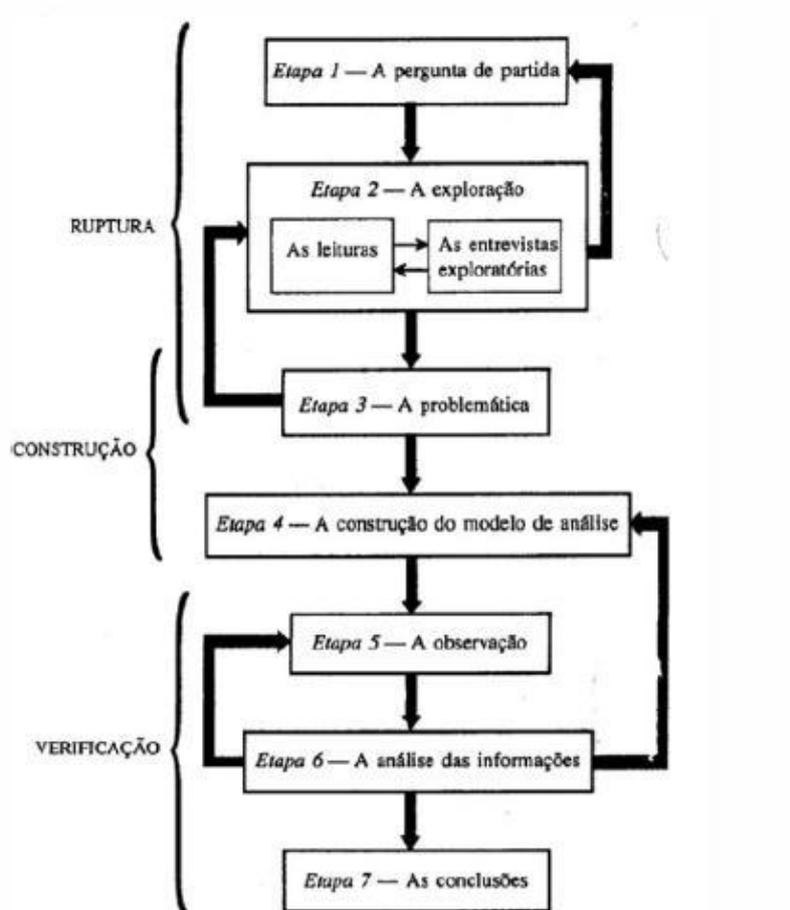
Watts, Larry e Maior, George, *Globalization of Civil-Military Relations: Democratization, Reform and Security*, Enciclopedica Publishing House, Bucharest 2002;

Zandee, D. (1999), *Civil-military interaction in peace operations*, em NATO Review. Vol. 47, no. 1, p. 11-15;

ANEXOS

ANEXO A

Método Quivy



Etapas do procedimento do método de Quivy e Campenhoudt (Quivy, 2005, p. 27)

APÊNDICES

APÊNDICE 1- Corpo de conceitos

No domínio em que se inscreve esta investigação, existe um conjunto de conceitos que importa explicitar:

Peacekeeping Operations – as *Peacekeeping Operations* são ações de manutenção de paz realizadas por forças militares armadas, estabelecidas e autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. (NU, 2003).

Peacebuilding Operations – as *Peacebuilding Operations* são ações baseadas em atividades que assegurem e fornecem instrumentos de reconstrução e manutenção de paz e segurança em cenários de conflitos. (United Nations Peacebuilding Support Office, 2010).

Operações militares-Artigo 5º – enuncia o princípio da defesa coletiva e é a base do princípio da Organização do Tratado do Atlântico Norte, referindo que, caso algum aliado da NATO seja vítima de um ataque armado, todos os outros membros da Aliança devem considerar esse acto como um ataque colectivo e a eles próprios, devendo tomar as ações necessárias para assistir o Aliado atacado.

Operações militares não-Artigo 5º - Estas operações tomam forma quando não existe um ataque armado aos países aliados da NATO, mas é necessária uma intervenção de qualquer espécie.

APÊNDICE 2 - Questionário

1. Nome, nacionalidade, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações do Afeganistão e qual o período da missão?

2. Considera que, nas funções que desempenhou, têm peso e influência nos centros de decisão onde está ou esteve inserido?

3. Teve algum tipo de preparação para a interação civil-militar, particularmente na perceção e consciencialização das diferentes ideologias e formas de agir das várias organizações no TO?

4. Qual é a sua perceção sobre a recetividade do pessoal com quem trabalha/trabalhou relativamente aos portugueses?

5. Considera que a sua missão no Afeganistão contribui/contribuiu para a melhoria das capacidades do país e para o seu desenvolvimento em geral?

6. Durante as suas funções contacta/contactou com elementos de outras nações?

7. Qual a sua perceção relativamente à Cooperação Civil-Militar?

8. Considera que as ideologias militares e civis são compatíveis/incompatíveis?

9. Considera que as FND no Afeganistão efetuam Cooperação Civil-Militar ou outro tipo de cooperação?

10. Observou ou teve contacto com algum tipo de indústria/produtos que pudessem significar a expansão da economia portuguesa para o Afeganistão?

APÊNDICE 3 - Entrevistados/Questionados

- Entrevista ao Tenente-Coronel Infantaria Nicola Sodano (Comandante do PRT Italiano em Herat no Afeganistão)
- Entrevista ao Major Administração de Aeródromos Pedro Maio (Coordenador de Projetos de Administração civis e militares no Afeganistão em 2011);
- Entrevista ao Capitão Marco Napoli
- Entrevista ao Capitão Engenheiro Eletrotécnico Luís Canilho (Formador/Instrutor de civis no Afeganistão na área de comunicações);
- Entrevista ao Capitão Engenheiro Eletrotécnico Bruno Martins (Formador/Instrutor de civis no Afeganistão na área de comunicações);
- Questionário enviado via correio eletrónico ao Capitão Polícia Aérea Pedro Tavares (Coordenador da segurança no Aeroporto Internacional de Cabul)
- Entrevista ao Under Secretary Srecko Zajc Ministério da Defesa da Eslovénia, responsável pelas pela área das relações Civis Militares eslovenas.
- Entrevista a Chris Hill, Funcionário da Organização Internacional para as Migrações
- Questionário enviado via correio eletrónico a Mohammad Khan, Civil Afegão

Perguntas	TC N. Sodano	MAJ P. Maio	CAP M. Napoli	CAP. Luis Canilho	CAP B. Martins
1. Nome, nacionalidade, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações do Afeganistão e qual o período da missão?	Nicola Sodano; Italiano; Comandante do PRT Italiano em Herat no Afeganistão. Ainda em funções	Pedro Maio, Português, Responsável Financeiro do Contingente Português no Afeganistão em 2008	Marco Napoli, Watchkeeper dutyofficer, Nov 2007/Mai 2008, atualmente oficial de operações, Out 2010/Fev 2011	Luís Canilho; Portuguesa; Instrutor KAIA Transition Plan - CNS - Área de Rádio Ajudas à Navegação de 15MAR12 a 22OUT12.	Bruno Tiago Domingues Martins, português, a minha função era instrutor de comunicações (área de Comunicações, Navegação e Vigilância, CNS), no período de 12 de Outubro de 2012 a 2 de Maio de 2013.
2. Considera que, nas funções que desempenhou, têm peso e influência nos centros de decisão onde está inserido?	Como comandante, tenho sempre a última palavra, quer ao nível operacional, estratégico ou tático. Nas decisões políticas tenho capacidade de influenciar, mas não tenho poder de veto.	Na realidade, não creio. Normalmente as decisões de atribuições de verbas e cativações já estão previamente definidas.	Procurava informar os decisores das situações reais existentes para que pudessem tomar as decisões certas e o mais analiticamente possível.	Não.	Na área de CNS sim, uma vez que éramos responsáveis pelo curso, quer na sua elaboração como no desenrolar do mesmo.
3. Teve algum tipo de preparação para a interação civil-militar, particularmente na perceção e consciencialização das diferentes ideologias e formas de agir das várias organizações no TO?	Sim, em Itália temos uma componente de Cooperação Civil-Militar muito forte e temos formação frequente sobre essas matérias.	Tive alguma preparação genérica, decorrente dos cursos e formações que fazemos enquanto militares. No entanto, especificamente para Cooperação Civil-Militar nesta missão e perceção das diferentes ideologias, a resposta é não.	Muito pouca.	Preparação militar. Particular incidência na perceção e consciencialização das diferenças sociais, culturais e religiosas e forma de agir no TO tendo em conta as diferenças, com base em conhecimento tácito.	3. Não especificamente. Apenas informação geral sobre os habitantes e alguns conselhos de militares que já tinham interagido com instrutores locais.
4. Qual é a sua perceção sobre a receptividade do pessoal com quem trabalha/trabalhou relativamente aos portugueses?	Não sei. Conheço alguns Portugueses, mas desconheço a receptividade que têm nas suas funções.	Excelente. Portugal encontra-se muito bem visto no estrangeiro e em particular no TO do Afeganistão onde estive inserido.	Muito positiva.	Receptividade relativamente à missão e aos militares portugueses muito elevada. Quer em termos dos trabalhadores autóctones quer dos militares de outras nações envolvidos no TO.	Bastante positiva. Todas as nações que encontrei tinham e ficaram com boa impressão dos portugueses. Não só dos militares.
5. Considera que a sua missão no Afeganistão contribui/contribuiu para a melhoria das capacidades do país e para o seu desenvolvimento em geral?	Sem dúvida. É uma missão fundamental com resultados de curto, médio e longo prazo, que tem um impacto forte e positivo no desenvolvimento do país. Deve no entanto ser suportada a longo prazo pela comunidade internacional.	A minha missão em concreto não contribui diretamente para o desenvolvimento das capacidades, embora que indiretamente, o financiamento disponibilizado tinha fins variados, entre os quais a aplicação em projetos sociais de desenvolvimento rural.	Sim, contribui bastante para a coordenação e monitorização de operações e projetos orientados para o <i>capacity building</i> que o Estado Afegão se tem esforçado em desenvolver.	Sim, a médio/longo prazo.	Sim

6. Durante as suas funções contacta/contactou com elementos de outras nações?	Sim, tantas quantas te puderes lembrar.	Sim, principalmente americana.	Sim, Portuguesa, Espanhola, Eslovena, Romena, Francesa, Turca, American, Inglesa, entre outras.	Sim. EUA, UK, Espanha, Itália, França, Alemanha, Croácia, Turquia, Roménia, Bulgária, Hungria, Suécia, Noruega, Afeganistão, Grécia, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, etc.	6. Sim. Para além de afegãos, e especificando a nível da formação (não só de CNS) com noruegueses, romenos, franceses, turcos e americanos.
7. Qual a sua perceção relativamente à Cooperação Civil-Militar?	Tendo em conta a minha formação e longa experiência, penso que, na sua maioria, os civis não conseguiriam cumprir os seus intentos sem auxílio dos militares principalmente por razões de segurança e de recursos disponíveis. O mesmo acontece conosco, militares, porque ao nível político e social, também temos de trabalhar cooperativamente com civis. Nesse sentido, considero a Cooperação Civil-Militar essencial nas suas mais variadas formas.	Parece-me necessária em alguns contextos e desnecessária no contexto em que os militares sejam autónomos e auto-suficientes.	Trata-se de um novo ramo de operações militares, vocacionado para a colaboração e coordenação de esforços entre unidades militares, entidades e organizações governamentais e não-governamentais, organizações internacionais e populações locais, tendo como objetivo o cumprimento da missão militar.	Boa. Nem sempre fácil. Essencial para o crescimento de jovens democracias e a manutenção das existentes.	7. É essencial para que se criem bases de desenvolvimento em áreas de conflito e pós-conflito, para que haja um clima de segurança e com isso as pessoas possam prosseguir com as suas vidas.
8. Considera que as ideologias militares e civis são compatíveis/incompatíveis?	Penso que não são compatíveis, mas devem ser capazes de viver em harmonia, respeitando sempre o espaço respetivo.	Parece-me possível se tiverem objetivos comuns.	Compatível na maioria dos casos, sendo incompatível nos casos em que os objetivos são distintos.	São compatíveis, desde que em prol de um objetivo comum.	8. Existem bastantes bases de entendimento e, no mínimo, alguns pontos comuns. Por isso creio que são em grande parte compatíveis.
9. Considera que as FND no Afeganistão efetuam Cooperação Civil-Militar ou outro tipo de cooperação?	Depende da missão. No meu caso, sem dúvida que sim.	Parece-me que efetuam Cooperação Civil-Militar.	Penso que realizam CIMIC como a NATO entende por Cooperação Civil-Militar	Ambas.	9. Cooperação tanto estritamente militar como civil-militar.
10. Observou ou teve contacto com algum tipo de indústria/produtos que pudessem significar a expansão da economia portuguesa para o Afeganistão?	Infelizmente não.	Negativo.	Não.	Não.	10. Não. Mas dada a boa receptividade dos locais à formação dada por portugueses esta poderia ser explorada como um serviço a fornecer ao Afeganistão.

Perguntas	CAP P. Tavares	Sec. Srecko Zajc	Chris Hill	Mohammad Khan
1. Nome, nacionalidade, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações do Afeganistão e qual o período da missão?	Pedro Miguel de Matos Tavares, Capitão da Polícia Aérea, Portugues. Integrado no 6º Contingente Nacional, missão PeH SAT (Staff Advisor Team), funções de Adjunto, Advisor de Segurança e Operações e Oficial de Proteção da Força na Academia da FA Afegã. De 01/Mai a 13 Nov de 2013.	Srecko Zajc, Esloveno, responsável da área das relações civis-militares no Ministério da Defesa Esloveno, presente em Herat durante 1 ano numa PRT italiana.	Chris Hill, Inglês Funcionário da Organização Internacional para as Migrações, presente em Cabul no escritório da IOM para acompanhar movimentos os migratórios.	Mohammad Taher Khan, 27 anos, Afegão, trabalho para a KBR desde 2010 como empregado das limpezas.
2. Considera que, nas funções que desempenhou, têm peso e influência nos centros de decisão onde está inserido?	Nas funções que desempenhei tive influência direta, na qualidade de Oficial de Proteção da Força, ao nível da coordenação de aspetos relativos a medidas de segurança física e de segurança pessoal de todos os militares da coligação envolvidos em ações de assessoria. Para além disso, ministrei briefings de segurança, conduzi exercícios conjuntos e participei em reuniões de análise da ameaça (work threat group).	Particularmente tive influência nalgumas decisões políticas e maior influência naquelas decisões que influenciavam diretamente as minhas funções. No entanto penos que, as nações que têm maior peso nas decisões, seja em que área for, são sempre aquelas que injetam maior quantidade de capital. No entanto, a um nível em que as decisões estratégicas já estão definidas, salvo exceções, qualquer elemento de qualquer nação, de maior ou menor peso, tem igual poder de decisão	As minha funções não eram exatamente medidas nesses termos. Todos tinham uma missão atribuída e era essa que cumpríamos. Não tinha de efetuar decisões para além das normais do quotidiano.	Não, sem hipótese. Simplesmento sigo ordens.
3. Teve algum tipo de preparação para a interação civil-militar, particularmente na perceção e consciencialização das diferentes ideologias e formas de agir das várias organizações no TO?	Sim, durante a fase de aprontamento da responsabilidade do CFT (comando de Forças Terrestres) foram ministradas diversas aulas subordinadas à temática de consciencialização cultural, envolvendo aspetos relativos ao enquadramento geopolítico do Afeganistão, situação político-militar, história e cultura, religião entre outros assuntos considerados pertinentes. Foi também dedicado algum tempo às diferentes organizações (Governamentais e Não-Governamentais) que se encontravam em Kabul, descrevendo-se também quais as suas áreas de atuação.	Sim, a Eslovénia tem uma capacidade de Cooperação Civil-Militar muito forte, derivada da sua história, e, ao longo da minha carreira, tive a oportunidade de ter muitas formações. Além disso, também fui militar, o que me permite ter a perceção do que é estar dos “dois lados”.	Sim, realizei vários cursos para interação com militares antes de me ser atribuída esta, ou outras missões.	Sim, alguma. Porque a companhia para quem trabalho forneceu alguma informação sobre as diferentes nações com quem nós iríamos trabalhar.

<p>4. Qual é a sua percepção sobre a receptividade do pessoal com quem trabalha/trabalhou relativamente aos portugueses?</p>	<p>A percepção geral é francamente positiva, no meu caso particular que efetuava assessoria a dois militares afegãos (Coronel Malik e Capitão Ashraf), foi referido por diversas vezes que era notório o respeito e consideração demonstrado por costumes e hábitos diferentes, bem como a capacidade para nos adaptarmos a novas situações.</p>	<p>Encontrei várias vezes elementos portugueses em cargos influentes, nomeadamente nas Nações Unidas, como conselheiros políticos e militares que comandavam forças internacionais em missões de apoio à paz, e penso que isso mostra a sua importância e capacidades. No entanto nunca trabalhei diretamente com portugueses. Do que conheço dos Portugueses, considero-os extremamente profissionais, bons tecnicamente muito simpáticos.</p>	<p>Não tenho dados para responder a essa questão.</p>	<p>A maioria era boa. Era compreensiva e simpática, especialmente os Italianos, Portugueses e Jordanos. A única exceção eram os Americanos (mas não todos) que por vezes eram rudes e não tinham respeito pelas pessoas que trabalhavam nas limpezas.</p>
<p>5. Considera que a sua missão no Afeganistão contribuiu/contribuiu para a melhoria das capacidades do país e para o seu desenvolvimento em geral?</p>	<p>Não tenho dúvidas que a minha missão contribuiu de sobremaneira para as melhorias de desenvolvimento do país, traduzindo-se sobretudo no <i>know-how</i> adquirido e no desenvolvimento e consolidação de alguns processos de trabalho</p>	<p>Penso que na generalidade as missões de <i>peacekeeping</i> no Afeganistão e particularmente a missão da NATO <i>Training Mission Afghanistan</i>, são fundamentais para a reconstrução do país. A província de Herat conseguiu sobreviver ao conflito e melhorar os seus índices de desenvolvimento muito graças à nossa missão.</p>	<p>A minha missão pretende ajudar os afegãos deslocados das suas províncias por causa da guerra, a encontrar locais de abrigo seguro e, quando for possível voltar ao local de origem. É um trabalho que apenas será medido e verificado a médio/longo prazo, mas que, espero, com benefícios para a população e para o país em geral.</p>	<p>Sim. Eu sou Afegão mas trabalho para uma empresa de limpezas Americana e acredito fortemente que estou a contribuir para o desenvolvimento do meu país bem como o meu desenvolvimento pessoal.</p>
<p>6. Durante as suas funções contacta/contactou com elementos de outras nações?</p>	<p>Sim, com os militares afegãos (os quais assessorava), Canadianos e Norte-Americanos</p>	<p>Sim, Espanhóis, Italianos, Americanos, Holandeses.</p>	<p>Sim, com todos os países envolvidos em organizações internacionais.</p>	<p>Sim muitas. Com quase todas as nacionalidades que estão presentes no Afeganistão.</p>
<p>7. Qual a sua percepção relativamente à Cooperação Civil-Militar?</p>	<p>Está relacionada com todo o tipo de atividades que envolvem civis e militares, em que ambas as partes colaboram de modo efetivo para dar a melhor resposta possível a crises e desafios (potenciais ou atuais). Para além disso, cedo se percebeu que algumas crises não podem ser resolvidas de modo isolado e que a gestão de crises tem de ser um esforço comum partilhado ente civis e militares.</p>	<p>A Cooperação Civil-Militar é, importantíssima para o cumprimento dos objetivos estratégicos e políticos de civis e militares. Penso que o facto de existirem diferentes ideologias é normal e tem que se aprender a conviver com isso, procurando cooperar da melhor maneira para que não existam quebras de princípios. Sempre que estive no terreno, e foi possível cooperar com civis e militares, ambas as partes satisfizeram as suas necessidades.</p>	<p>Penso que é fundamental que exista. Apesar de existirem algumas diferenças nas ideologias e princípios, parece-me que é fundamental que exista, pois, em última análise, serão as populações a beneficiar com uma cooperação entre civis e militares bem executada.</p>	<p>Não sei bem dizer. Sei que são alguns tipos militares que têm treino especial para lidar com organizações civis e populações.</p>

<p>8. Considera que as ideologias militares e civis são compatíveis/incompatíveis?</p>	<p>Considero que são perfeitamente compatíveis, desde que se respeite o espaço de interação das atividades civis e militares. Trata-se de uma responsabilidade partilhada que se materializa a diferentes níveis, estando os militares diretamente envolvidos em assuntos de segurança.</p>	<p>É óbvio que em missões específicas, os militares têm a sua própria agenda e apenas aceitam cooperar se isso lhe convier. No entanto, isso parece-me natural porque o lado civil também o faz. Se aceitarmos isso, tudo correrá da melhor maneira com benefícios por parte das populações.</p>	<p>Parece-me que deve existir um bom trabalho de preparação sobre as organizações que existem no terreno para que não hajam problemas de maior no terreno. Mas parece-me que, no geral, elas não sendo totalmente compatíveis podem coexistir.</p>	<p>Acho que podem ser compatíveis, mas às vezes pode ser difícil encontrar o equilíbrio. Os militares preocupam-se demasiado com a política enquanto que as pessoas preocupam-se com as suas famílias e entes queridos.</p>
<p>9. Considera que as FND no Afeganistão efetuam Cooperação Civil-Militar ou outro tipo de cooperação?</p>	<p>A cooperação das FND verifica-se em aspetos de cariz humanitário, envolvendo organizações não militares que são atores privilegiados no terreno.</p>	<p>Parece-me que o que é feito pelos portugueses, por exemplo, ao nível da formação e instrução, tem interesses políticos e nada altruístas, mas que, de acordo com a minha experiência, trata-se de Cooperação Civil-Militar. Repare-se que o facto de ter de existir coordenação e cooperação entre dois mundos distintos em busca de objetivos comuns, está de acordo com as doutrinas existentes de Cooperação Civil-Militar.</p>	<p>Não trabalho com esse tipo de operações, mas do que conheço, penso que a cooperação que é feita, é realizada apenas porque há interesses comuns e não porque existe algo realmente pensado para esse tipo de cooperação em concreto.</p>	<p>Não sei.</p>
<p>10. Observou ou teve contacto com algum tipo de indústria/produtos que pudessem significar a expansão da economia portuguesa para o Afeganistão?</p>	<p>Não, nada que tivesse uma expressão digna de registo.</p>	<p>Não sei se existe, mas pessoalmente, no Afeganistão, nunca tive contacto com algo relativo a Portugal.</p>	<p>Na realidade não, mas gostaria muito que penso que se existisse Vinho do Porto e Pastéis de Belém, eles poderiam ser um sucesso.</p>	<p>Não, mas sei que os Portugueses têm comida muito boa.</p>